



COFECON 
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Conselho Federal de Economia
- COFECON -**

**Um Projeto para o Brasil:
A Força da Unidade na Diversidade**

Conselheiros Efetivos

Synésio Batista da Costa
Aurelino Levy Dias de Campos
Antônio Cláudio Ferreira Lima
Heron Carlos Esvael do Carmo
Humberto Vendelino Richter
João Manoel Gonçalves Barbosa
Kanitar Aymoré Sabóia Cordeiro
Nelson Castello Branco Nappi
Osmar Gonçalves Sepúlveda
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Brasil Corrêa de Mello
Paulo Roberto Lucho
Paulo Eduardo Rocha Brant
Pedro Rafael Lapa
Ronaldo Raemy Rangel
Valdemar Camata Júnior

Synésio Batista da Costa



Exercendo funções nas seguintes organizações:

- 1 - presidente da ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos;
- 2 - presidente do SIMB – Sindicato das Indústrias de Instrumentos Musicais e de Brinquedos do Estado de São Paulo;
- 3 - presidente da ABEMÚSICA – Associação Brasileira da Música;
- 4 - presidente da Federación Latinoamericana de los Fabricantes de Juguetes;
- 5 - presidente do IQB – Instituto da Qualidade do Brinquedo e de Artigos Infantis;
- 6 - presidente da ABRAFLEX- Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Lamina- das Flexíveis;
- 7 - presidente do Siapapeco – Sindicato das Indústrias de Artefatos de Papel Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo;
- 8 - presidente do COFECON – Conselho Federal de Economia;
- 9 - presidente da Fundação Abiótica Pelo Direito de Enxergar Direito;
- 10 - Vice – Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil –OEB;
- 11 - Diretor Secretário do CIESP –Centro das Indústrias do Estado de São Paulo;
- 12 - Embaixador do Brinquedo para a América do Sul, eleito em Hong Kong pelo ICTI - Inter- national Council of Toy Industries;
- 13 - Diretor Financeiro, membro do Conselho de Administração e co-fundador da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança;
- 14 - Membro do Conselho de Representantes da FIESP–Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
- 15 - Consultor do GT Comércio Exterior da ABIÓTICA – Associação Brasileira de Produtos e Equipamentos Ópticos.

Membro do Conselho de Administração:

- 1 - Fundação Abrinq Pelos Direitos da Criança;
- 2 - Manufatura de Brinquedos Estrela S/A;
- 3 - Conselho Superior do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo;

Conselho Federal de Economia - COFECON

- 4 - Info-criança – Instituto Construindo o Futuro do Lar Nossa Senhora da Consolação;
- 5 - Hospital do Sepaco - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo;
- 6 - PEC - Programa Educacional Capuano - Escola de Educação de Idosos;
- 7 - Eletros - Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos;
- 8 - SGS ICS Certificadora Ltda –Société Générale de Surveillance -em Genebra;
- 9 - Conselho de Orientação Estratégica da Coalizão Empresarial Brasileira, da CNI, junto ao MRE Ministério das Relações Exteriores;
- 10-Comitê Empresarial Permanente–CEP, do Ministério das Relações Exteriores;
- 11- Membro do Fórum Nacional da Indústria, da CNI- Confederação Nacional da Indústria;
- 12 - Goiás Alimentos S/A;
- 13 - Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES, com sede no Rio de Janeiro –RJ (Av. Nilo Peçanha, 11 sala 504 -20020-100 –RJ-RJ– tel. 21-3094-1100)
- 14 - Membro do CORES - Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social e do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, da CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Diretor nas seguintes organizações:

- 1 - ICTI – International Council of Toy Industries. Entidade Mundial do Setor de brinquedos com sede em Nova York;
- 2 - ANAP – Associação Nacional dos Aparistas de Papel;
- 3 - ABRAPUR – Associação Brasileira dos Fabricantes de Artigos de Puericultura;
- 4 - NAMM – International Music Products Association, com sede em Los Angeles –EUA;
- 5 - ABCECX – Associação Brasileiras dos Executivos de Comércio Exterior

Um projeto para o Brasil: A força da unidade na diversidade

A presente proposta de um projeto para o Brasil tem pelo menos quatro características marcantes. A primeira acha-se expressa nas palavras de Luiz Gonzaga Belluzo, ao lembrar o legado de Celso Furtado: “os países da periferia do capitalismo estão condenados a “inventar” suas estratégias de desenvolvimento. Caso contrário, entregarão seu destino aos processos de reiteração e reprodução das condições que geram a dependência e o atraso”. E esta é uma modesta contribuição no sentido de “inventar” estratégia de desenvolvimento para o Brasil. A segunda é a visão sobre o desenvolvimento, em especial no que diz respeito aos desequilíbrios regionais, segundo a qual só haverá desenvolvimento se, e somente se, todas as regiões passarem a participar ativamente da dinâmica econômica do País. E a terceira é sobre o papel da política econômica, ou seja, sobre as políticas monetária, fiscal e cambial, aqui consideradas como meios para a realização do projeto nacional e que deverão, por isso mesmo, estar a serviço dele, e não do “rentismo”.

Diante disso, as conseqüências são que decisões muito duras terão de ser tomadas, e isso exigirá, mais que vontade, coragem política. Há pelo menos três grandes enfrentamentos: o primeiro os interesses dos países desenvolvidos que não querem repartir poder com os “emergentes”; o segundo são as forças que serão contrárias à forte redistribuição dos recursos orçamentários em favor das regiões mais atrasadas; e o terceiro é o “rentismo” que terá de ceder terreno ao investimento produtivo.

É natural que um quarto enfrentamento prenuncia-se como inevitável: o de cunho ideológico. Com certeza, as forças liberais mais fundamentalistas, respaldadas pelos beneficiários da ausência de um projeto nacional, condenarão a intervenção da “mão visível” do Estado. Mas esse projeto nacional tem sem a menor dúvida o apoio da maioria do povo brasileiro e, por isso, democraticamente há de ser implementado.

Um projeto para o Brasil: A força da unidade na diversidade

Os desafios do Brasil são indiscutivelmente gigantescos. Com o objetivo de propor estratégias para seu enfrentamento, adota-se aqui o conceito de desenvolvimento sustentável, com ênfase para a dimensão territorial. Esse conceito tem evoluído ao longo dos anos, após sua proposição em 1987 pelas Nações Unidas.

A continuidade das discussões levou a diversas constatações sobre os limites, potencialidades e desafios relacionados com o alcance do desenvolvimento sustentável. Mais recentemente, a ONU lançou os Desafios do Milênio, traduzido nos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, quais sejam: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Esses objetivos foram assim norteadores da organização do projeto aqui proposto.

No Brasil, historicamente, luta-se para mudar a sociedade pouco integrada que resultou do modo como o País se inseriu na economia-mundo, pautado por ciclos econômicos e pela combinação de escravidão com latifúndio. Busca-se, portanto, nova inserção mundial que conduza à redução das desigualdades sociais e regionais, a partir da integração regional, em especial, sul-americana. E isso leva a resistências tanto no plano interno quanto no externo.

Deve ficar bem claro que, para se ter um projeto nacional, não se percorre um processo linear em que, primeiro, tem-se de arrumar o ambiente macroeconômico para, só depois confiar tudo às forças de mercado a fim de que elas por si mesmas se encarreguem de “realizar” as etapas restantes. Deve haver sinergia entre Estado e mercado. A idéia de planejamento para o desenvolvimento é aqui definitivamente fortalecida.

Convém chamar a atenção, ainda, para o fato de que, nesse contexto, o desenvolvimento regional não é mero capítulo do plano nacional, mas parte integrante e inerente que se irradia, imanta e permeia a economia nacional por inteiro. E não haverá desenvolvimento brasileiro sem o desenvolvimento de todas as regiões, que para isso terão obrigatoriamente de participar de forma ativa da dinâmica econômica do País.

1 Questão Global: inserção com soberania

Qual a posição e a participação do Brasil atualmente nos processos internacionais? É importante considerar, de início, os fatores geopolíticos, a conjuntura mundial. Depois, então, é que se pode aquilatar a estatura político-estratégica do País, como base para uma projeção internacional que o conduza para o centro da dinâmica econômica e do processo decisório internacional.

1.1 Cenário mundial

Para se entender o funcionamento do poder mundial, ou seja, para se saber quem dita o

rumo, o ritmo e as regras que presidem o planeta, é fundamental conhecer, primeiro, os atores que participam desse pacto e o papel que cada um deles desempenha.

O principal ator global na atualidade, que define rumos, ritmos e regras, é o Grupo dos Sete, mais conhecido pela sigla G-7. São os sete países mais industrializados do planeta – Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá. Traduzindo em termos continentais: América do Norte, Europa Ocidental e Ásia Oriental. Também participa como convidado das reuniões a Federação Russa. Daí falar-se por vezes em G-8.

Mas, entre os países do G-7, existe um líder, ou ator principal, que é, sem dúvida, os Estados Unidos. Isso se evidenciou mais com o desfecho da Guerra Fria, quando foi eliminado o “inimigo” soviético, e o espaço desregulamentado da economia do planeta aumentou.

Embora a economia americana represente quase um terço da economia mundial (sem contar com a propriedade no exterior do capital norte-americano), a liderança dos E.U.A. não se deve apenas ao tamanho, mas pela posição no ciclo dos negócios, pela demanda da produção do resto do mundo.

É lógico que também os poderios militar, financeiro, científico e tecnológico pesam na hegemonia norte-americana.

E mais: o dólar continua como a moeda internacional e, na falta de sua convertibilidade em ouro (o dólar deixou de ter qualquer padrão de referência que não seja o próprio poder norte-americano, o poder do emissor), os Estados Unidos têm a liberdade de variar a sua paridade em relação às demais moedas dos outros países, conforme a sua conveniência, mediante simples manipulação da sua taxa de juros. Essa manipulação da taxa de juros, por sua vez, determina a variação do valor das demais moedas e, daí, a dinâmica de curto prazo da economia mundial.

Diante de tal realidade, espera-se pouco da reorganização da ONU, projeto atualmente em discussão. Espera-se, no entanto, que países como Brasil, Rússia, Índia e China passem no médio prazo a ganhar terreno no processo decisório mundial.

1.2 Brasil no cenário mundial

Para se ter um projeto nacional neste limiar do terceiro milênio, a inserção na economia globalizada é uma questão crucial. E a inserção que deve interessar ao Brasil, diferentemente do que ocorreu em nossa história (sob o padrão escravidão mais latifúndio, que integrava externamente e ao mesmo tempo desintegrava internamente) será aquela que reforce e desenvolva as articulações internas, que integre todas as regiões dentro da dinâmica econômica nacional.

Ocorre que, para construir essa nova inserção, o Brasil terá a resistência dos países desenvolvidos e dos grandes interesses internacionais. Há, pois, limites e condicionamentos, porém isso não significa falta de margem de manobra. O Brasil possui território e população que o credencia como um importante centro de decisão, com poder e autonomia. Além disso, a diversidade regional brasileira constitui, indiscutivelmente, uma vantagem que deve ser aproveitada.

Mas, mesmo assim, para se preservar a autonomia de um projeto nacional, com a inserção planejada, o País não pode prescindir de parcerias estratégicas, a começar pela articulação continental. Assim, a estratégia, já em curso, busca, entre outras coisas: a criação de um bloco político-econômico no continente americano, a partir da consolidação do bloco político-econômico do Mercosul; a aproximação do Mercosul com a União Européia; e a elevação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

2 Integração nacional para o desenvolvimento sustentável

A força do Brasil está na heterogeneidade de suas regiões. Para se ter um Brasil forte, não há outro caminho senão, numa perspectiva de longo prazo, o de integrar cada uma delas na dinâmica nacional. As dimensões econômica e social do processo de desenvolvimento sustentável são submetidas, portanto, à visão territorial, graças aos arranjos político-institucionais, que devem resultar numa bem planejada redistribuição espacial de recursos públicos.

2.1 Brasil a longo prazo

Romper com o “curtoprazismo” é, sobretudo, superar o “rentismo” para se retomar o desenvolvimento. Em outros termos, consiste na definição das oportunidades de mobilização e redirecionamento da poupança interna – pública e privada - para aproveitá-la, de modo a se construir um país a serviço de toda a sua população, em todos os quadrantes do seu território.

É preciso, pois, promover-se a articulação entre o setor público e o setor privado, de modo a comprometer este último com o investimento. Mas, para tanto, àquele caberá a ampliação da infra-estrutura atualmente estrangulada de recursos hídricos, energia, transportes, logística e comunicações. Mas terá de haver igualmente esforço concentrado em educação, ciência, tecnologia e inovação. Por isso, deve-se substituir a meta de superávit primário pela de poupança corrente. Da mesma forma, faz-se necessário recorrer a uma engenharia financeira, que some Estado e mercado, como a Parceira Público-Privada (PPP).

2.2 Questão político-institucional: governar co-operando

A própria Constituição, quando trata dos princípios fundamentais do sistema constitucional brasileiro, proclama como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Da mesma forma, nos termos da Constituição, o Brasil é Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.

Nesse Estado Democrático de Direito, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal).

O Poder estatal, manifesta-se pelas funções legislativa, executiva e jurisdicional, atribuídas a órgãos diferentes, independentes, autônomos e harmônicos entre si, conforme o princípio da divisão de Poderes.

Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se pelos seguintes princípios: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; concessão de asilo político.

Ela buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Dentro da forma como o Brasil existe, se organiza, se estrutura e se governa, é crucial a cooperação. Tem-se, portanto, de governar cooperando, seja no âmbito da Federação – a cooperação União, Estados e Municípios -, seja no dos Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário -, seja ainda no das relações internacionais – em especial com a comunidade latino-americana.

Essa cooperação, porém, em última instância, deve estar a serviço da soberania popular, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito - o poder que emana do povo deve ser exercido em proveito do povo, diretamente ou por representantes eleitos - e da independência nacional, um dos princípios que rege as relações internacionais do Brasil, tudo isso para que sejam alcançados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Quando se analisa, porém, o funcionamento da República Federativa do Brasil, é fácil constatar as assimetrias entre a Constituição escrita e a Constituição real. Há graves distorções na representação popular, enquanto a democracia participativa pouco evoluiu no País. O Brasil sofre sérias ameaças à sua independência. E, não bastasse isso, há o confronto ideológico com o pensamento neoclássico / neoliberal.

O Brasil já conta com algumas pré-condições político-institucionais para desencadear um projeto nacional de desenvolvimento. Assim, há um mínimo de estabilidade política. O Estado possui relativa autonomia. Já existe a vontade política de uma coalização de forças pró-desenvolvimento, que terá de ser ampliada com o apoio da sociedade e do Parlamento, das camadas populares, empresariais e políticas.

2.3 Questão econômica: produzir competindo

O Brasil já alcançou relativa estabilidade macroeconômica – inflação baixa e orçamento sob controle. No caso de acelerar-se a formação de capital, criando-se capacidade nova de oferta, faz-se com que haja crescimento sem riscos de retrocesso; e as pressões inflacionárias, sempre presentes em ciclos de expansão, podem ser administradas pelo Banco Central.

Tem-se respeitável mercado interno de trabalho e de consumo. Há fronteiras econômicas com diversidade de recursos naturais ainda pouco explorados. E se possui, de um lado, participação equilibrada nos grandes mercados mundiais - EUA, Europa, América Latina e Ásia - e, do outro, confiança dos investidores refletida no baixo risco-Brasil. Só há limitação quanto à infra-estrutura, que restringe o crescimento e reduz a competitividade.

Por que o Brasil não cresce a taxas elevadas como outros países estão fazendo e ele próprio já fez? Deve-se atentar, porém, que não apenas o “tamanho” desse crescimento é importante, mas sobretudo a “qualidade” dele. Busca-se, portanto, a construção de uma trajetória de desenvolvimento sustentável, em que se vai produzir competitivamente, porém sem descuidar da geração de emprego e renda, que é o objetivo maior deste Projeto. Para tanto, devem ser adotadas medidas que conduzam ao aperfeiçoamento e à democratização das relações trabalhistas; do mesmo modo, que apoiem com crédito e assistência técnica as iniciativas de micro e pequenas empresas, de cooperativas e associações de produtores, bem como práticas de economia solidária. E à capacitação do trabalhador deverão destinar-se investimentos sistemáticos e maciços.

Trata-se, acima de tudo, de crescimento sustentável, com estabilidade econômica, que reverta na ampliação do mercado de trabalho.

Devem-se aproveitar novas oportunidades, recompondo e melhorando a infra-estrutura para o aumento da produção e da produtividade, a fim de se conquistar novos mercados internacionais e, ao mesmo tempo, reduzir a vulnerabilidade externa, sem, no entanto, descuidar-se - num país de grande população como o Brasil -, do mercado interno, que, segundo a Constituição, é um dos principais patrimônios do País.

Em qualquer hipótese, o caminho é recuperar os investimentos públicos, que devem ser complementados pelos investimentos privados. E a questão não é aumentar o volume, mas, isto sim, melhorar o direcionamento dele e, portanto, o retorno socioeconômico que terá.

A infra-estrutura, que deve guardar perfeita sintonia com as atividades produtivas e a estratégia de descentralização espacial planejada da atividade econômica, é uma grande limitação – em especial, energia, transporte e logística. Daí, depende-se da capacidade de o setor público executar, regular e financiar investimentos nos próximos anos, próprios ou em parcerias:

Tem-se de atrair o setor privado para o investimento. Deve-se aperfeiçoar o sistema industrial, tecnológico e de comércio exterior, bem como expandir a agricultura e a pecuária - agronegócio e agroindústria. Do mesmo modo, o turismo é um potencial pouco explorado.

Em termos regionais, há frentes de negócios em todas as regiões, como, por exemplo: Norte: Verticalização da produção e formação de pólos econômicos especializados – “clusters”. Nordeste: Nova grande fronteira econômica e espaço geoeconômico de integração com a economia internacional: agricultura, fruticultura, têxtil, petroquímica e turismo. Centro-Oeste: Adensamento das cadeias e diversificação da estrutura produtiva, com agronegócio, industrialização (bioindústria: medicamentos), inovação e serviços (turismo, em especial o ecológico).

Como mobilizar os recursos para o investimento público, se parcela expressiva destina-se ao pagamento de juros aos detentores dos títulos da dívida pública? Cortar gastos correntes?

Como sair do “rentismo” para se ingressar no investimento produtivo? Além da política de redução gradativa da taxa SELIC, já se descortinam mudanças efetivas nesse sentido, como, por exemplo, nos fundos de pensão, que começam a dirigir as suas aplicações para empreendimentos produtivos, e não mais apenas para o mercado financeiro.

Mas como financiar a retomada do desenvolvimento? Sem dúvida, uma das formas são os lucros das empresas. Mas sem descurar de um sistema financeiro adequado, dos empréstimos dos bancos públicos, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Caixa Econômica Federal - CEF, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Banco da Amazônia - BASA, da própria banca privada e do mercado de capitais.

É lógico que, no mundo atual, tem de se produzir de forma competitiva; por isso a necessidade de políticas ativas de competitividade em nível microeconômico. Ser competitivo não significa, porém, deixar o emprego num segundo plano.

É fundamental uma meta de crescimento, juntamente com a definição da qualidade dele.

O mercado interno é de razoável dimensão e, não bastasse isso, poucos países têm um potencial de crescimento baseado no mercado interno quanto o Brasil. Para isso, no entanto, deve-se não apenas fazer crescer as atividades produtivas, mas também combater a concentração de renda.

O mercado externo constitui também potencial de crescimento, mas para explorá-lo, adequadamente, há de se superar: um grave problema que é o da competitividade internacional. É preciso não só aumentar a capacidade exportadora, mas também melhorar o seu conteúdo tecnológico e, portanto, aumentar o valor agregado, com política específica a essa finalidade;

Toda a política econômica – monetária, fiscal, cambial e creditícia – terá obrigatoriamente de estar a serviço do desenvolvimento, e não mais tão-somente da geração de superávit primário para o serviço da dívida.

2.4 Questão territorial: desenvolver integrando

A dimensão territorial trata da preservação da base física que respalda todas as demais dimensões e dá ao País coerência como nação.

A forma como o Brasil se integrou à economia-mundo criou o famoso arquipélago econômico: várias “ilhas” que se foram formando por sobre o seu território, ao longo da história, nos ciclos do açúcar, do ouro e do café, entre os principais. Daí, as assimetrias que caracterizam o País nos dias de hoje.

O desafio maior é buscar o equilíbrio espacial para o desenvolvimento, de modo que cada região participe ativamente da dinâmica nacional, com o papel de aumentar as possibilidades do Brasil na economia mundial, diminuindo, ao mesmo tempo, as desigualdades interregionais. Isso implica no reordenamento do território brasileiro.

Ainda quanto à questão territorial, merecem destaque: a gestão sustentável dos recursos do mar; a gestão dos recursos hídricos; o desenvolvimento sustentável e a defesa da Amazônia; e o aperfeiçoamento do Sistema de Defesa Nacional.

Uma mudança já em curso no mundo, e também no Brasil, de grande repercussão sobre o território refere-se à alteração da matriz energética.

Da mesma forma, processa-se a alteração da matriz de transporte, com especial atenção para

transporte ferroviário de cargas.

No aspecto da defesa, vale ressaltar as ações de vigilância e proteção do território nacional, em especial as regiões de fronteira, com base em instrumentos como o SIVAM-SIPAM.

Diante de tudo isso, a dimensão territorial terá de ser incorporada, obrigatoriamente, ao processo de planejamento nacional e, daí, à formulação e implementação das políticas públicas no Brasil.

2.5 Questão social: distribuir crescendo

A inserção perversa - à base de latifúndio e escravidão - deixou como herança histórica as desigualdades da riqueza e da renda, cujo enfrentamento tem sido relativamente tímido. A reforma agrária, por exemplo, medida tomada pelos países no imediato pós-guerra e que, no Brasil, deveria conjugar-se com a abolição, até hoje não se completou no País.

A prioridade absoluta deve ser a erradicação da extrema pobreza e da fome - um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio -, o combate às desigualdades sociais e a redução da violência e da criminalidade.

Deve-se observar, de um lado, a alteração das demandas em função da modificação do perfil etário da população. Do outro, em sintonia com a expansão prevista para a economia, são indispensáveis investimentos em saúde, saneamento, habitação social e transportes de massa.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM traduzem a grande tarefa para a saúde: reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; ampliar o acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS. Vale acrescentar a necessidade de ampliar-se a capacidade instalada e a produção dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, que abastecem o Sistema Único de Saúde - SUS. De igual modo, deve-se incentivar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a produção, com vistas na autosuficiência de matérias-primas, hemoderivados, vacinas, medicamentos e equipamentos, bem assim na melhoria de diagnósticos e tratamentos para a redução de agravos. As políticas públicas da área devem integrar-se às de educação, esporte e lazer, cultura, ciência, tecnologia e inovação, e comunicação

A Educação é central neste Projeto porque é o principal meio para a redução das desigualdades e a promoção da democracia. Há, porém, vários pontos críticos a considerar: a universidade ainda é um gargalo, devendo por isso ser ampliado o acesso ao ensino superior; tem-se de corrigir a desigualdade no acesso à escola de 0 a 6 anos e atingir o ensino básico universal (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), instituir o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica – FUNDEB e melhorar a qualidade do ensino.

A reforma do ensino superior não deve prender-se à universidade pública e deve considerar a integração regional; tem de assegurar qualidade ao ensino privado e de ampliar o seu acesso.

O grande desafio do ensino básico é o gargalo do ensino médio, que compreende a faixa entre 14 e 17 anos, onde ocorre justamente mais abandono – evasão. Apesar disso, destinam-se no Brasil apenas 11% dos gastos em educação para essa fase crucial da formação, contra 24% nos países mais avançados.

O atual governo tomou duas iniciativas importantes que repercutirão no futuro próximo: a implementação do Programa Universidade para Todos (ProUni), que consiste em bolsas a alunos carentes nas universidades particulares; e ampliação de 8 para nove anos do ensino fundamental. Demais, tramitam no Congresso Nacional o projeto de Reforma Universitária e a proposta de emenda constitucional do FUNDEB.

As políticas públicas da educação têm de integrar-se às da saúde, esporte e lazer, cultura, ciência, tecnologia e inovação, e comunicação.

É imperativo melhorar a qualidade de vida urbana, na medida que a população brasileira passa a viver, em sua grande maioria, nas cidades. É preciso, portanto, cuidar da habitação, do saneamento – é indispensável a aprovação do marco regulatório, cujo projeto de lei tramita no Congresso Nacional. – e dos transportes de massa. É preciso, igualmente, a cooperação entre os três níveis de governo e a sociedade civil para se implementar as Regiões Metropolitanas.

Não há, porém, qualidade de vida nem na cidade nem no meio rural sem segurança pública. As ações do setor devem integrar-se no Sistema Único de Segurança Pública, segundo a concepção de uma segurança pública cidadã. As políticas públicas do setor, porém, não podem funcionar isoladas de outras como as relativas à educação e à comunicação.

Um dos pontos básicos deste Projeto diz respeito ao combate a todo tipo de discriminação. Diante disso, quanto à política de gêneros, deve-se promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (ODM) assim como implementar políticas de ações afirmativas e aperfeiçoar o sistema de cotas.

A ação social, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, deverá ser desenvolvida de forma não assistencialista. As políticas sociais redistributivas devem continuar por meio dos programas de renda condicionada, isto é, terão de exigir necessariamente contrapartida, de modo que as famílias beneficiárias desses programas tenham prioridade em outras ações sociais do governo para que se integrem ao mercado e não precisem mais desses mesmos programas.

Além dos programas de “transferência de renda condicionada”, deve-se combater a pobreza

com a universalização de infra-estrutura mínima - água e energia - e “aumento do estoque de ativos” - educação, formação profissional, reforma agrária, microcrédito.

Quanto à previdência social, a preocupação não deve residir apenas no ajuste fiscal, mas também e principalmente no acesso do trabalhador ao sistema previdenciário mediante a redução da informalidade.

3 Relações internacionais

A diplomacia brasileira sempre se caracterizou pelo universalismo, residindo aí uma herança positiva de povo e cultura. O Brasil é país aberto que mantém relações diplomáticas e comerciais com o mundo todo.

Não há tradição de antagonismo com os vizinhos, de modo que isso facilita a integração regional.

Dentro dos princípios constitucionais, em particular o que se refere à independência nacional, a política externa tem papel central na execução deste Projeto, que visa colocar o Brasil no centro da dinâmica econômica e do processo decisório internacional.

Nessa linha, deve-se considerar a contribuição de cada região do País para a integração da América Latina e inserção do Brasil no cenário mundial de forma competitiva e promotora da paz e concórdia mundial.

4 Políticas transversais

Há aspectos que atravessam todo o projeto nacional. Neles, o projeto nacional encontra o respaldo científico, tecnológico e da inovação, os cuidados com o meio ambiente e a afirmação da identidade e da diversidade cultural brasileira. Trata-se, respectivamente, da Ciência, Tecnologia e Inovação – C, T & I, do Meio Ambiente e da Cultura.

4.1 Ciência, tecnologia e inovação: expandir inovando

O conhecimento é fator diferenciador por excelência dos níveis de desenvolvimento. Ele esteia-se, sobretudo, na educação de qualidade, na universalização do acesso à informação - inclusão digital, novo sistema de televisão – e, principalmente, em investimentos sistemáticos na ampliação da capacidade de geração de conhecimento científico, tecnológico e de inovação.

É imprescindível a revisão modernizadora da atual política de ciência, tecnologia e inovação, mediante a execução de programas tecnológicos em áreas estratégicas como a biotecnologia, a biomassa, a nanotecnologia, e assim por diante. Do mesmo modo, precisa-se estreitar a articulação das políticas de C, T & I com a política industrial e de comércio exterior.

Deve-se tirar lições do sucesso de empreendimentos como a EMBRAER (1969), que respalda a indústria aeronáutica, e da EMBRAPA (1973), que sustenta o agronegócio. Tais iniciativas devem ser replicadas, por exemplo, na indústria naval, em recuperação, e em outros ramos econômicos. E não apenas na área econômica: devem ser levadas à área social.

Ocorre que há um gigantesco abismo entre as redes de Ciência, Tecnologia & Inovação do Centro-sul e as do restante do País, as quais não poderão aproveitar um eventual surto de crescimento econômico nacional. Hoje, conforme o Ministério da Ciência e Tecnologia, metade dos investimentos em bolsas e pesquisa do CNPq concentra-se no eixo Rio-São Paulo.

4.2 Meio ambiente: desenvolver preservando

Viabilizar o bem-estar das gerações atuais e futuras tem como premissa básica a gestão cuidadosa do patrimônio natural. A visão geral dessa afirmação passa pela compreensão das premissas contidas na Agenda 21, bem como dos mecanismos para sua implementação local. Requer também a adequada implementação do Tratado de Quioto, além da garantia da sustentabilidade ambiental como preconizada pelos Objetivos do Milênio - ODM.

Por meio do uso de instrumentos econômicos adaptados, podemos valorar adequadamente os recursos naturais, e, ao se repassar esse valor para os usuários, estes irão necessariamente repensar quanto ao uso dos recursos. Ressalta-se, contudo, que essa é apenas uma das partes da estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável. A outra parte está ligada ao esforço de informar e fomentar a participação de todos nesse processo, modificando comportamentos.

A legislação brasileira relativa ao meio ambiente é hoje uma das mais avançadas no mundo, e baseia-se grandemente na implementação de instrumentos econômicos. Contudo, ainda estamos longe de um sistema eficiente de fiscalização e monitoramento do uso efetivo de nossa biodiversidade.

Assim, a boa gestão do meio ambiente passa, em especial, pelos seguintes pontos, a serem devidamente regulamentados pelo Estado: A preservação harmoniosa dos recursos naturais; A gestão sustentável das fontes de energia e dos minérios não-energéticos; A gestão sustentável dos recursos hídricos; A gestão sustentável dos solos para fins agropecuários em regiões estabilizadas e regiões de fronteira; O combate à desertificação; e O monitoramento da qualidade ambiental urbana.

4.3 Cultura: construir sonhando

A cultura não é apenas um adereço no processo de desenvolvimento. Pelo contrário, tem papel de relevo na coesão social e na afirmação dos valores e da identidade de um povo. Significa, portanto, capital social e humano, fatores cruciais de desenvolvimento. Não bastasse isso, é hoje, com a indústria cultural, uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, depois dos serviços financeiros e do turismo.

O Brasil, ao longo da história, soube preservar a unidade nacional sem prejuízo de uma heterogeneidade cultural refletidas em suas várias regiões que constitui um dos seus mais valiosos patrimônios da nacionalidade. Dentro dessa linha, deve-se, primeiro que tudo, incentivar a valorização da diversidade cultural brasileira e zelar pelo patrimônio artístico e cultural.

A indústria cultural é uma das oportunidades de negócio mais importantes a ser desenvolvido por meio do Fundo Nacional de Cultura e outras leis de incentivo, privilegiando regiões mais necessitadas do apoio público, como o Norte e Nordeste,

Tudo isso deve ser tratado dentro do Sistema Nacional de Cultura, a ser gerido segundo o Plano Nacional de Cultura, por meio de políticas públicas articuladas principalmente com as políticas públicas das áreas de educação, comunicação e turismo.

5 Gestão administrativa

Fortalecer a democracia, ampliando a cidadania e respeitando os direitos humanos, esse deve ser o grande objetivo a perseguir na gestão pública. Para isso, há de se reforçar a participação dos cidadãos nas políticas públicas e o controle social e a transparência nas ações do Estado.

O aparelho de Estado deve controlar o gasto corrente e melhorar substancialmente quanto a relações institucionais, regulação, planejamento, gasto público, gerência, pessoal e comunicação social.

É preciso, no menor espaço de tempo possível, o fortalecimento fiscal que acelere a queda da taxa de juros e forme mais poupança para financiar os investimentos dirigidos ao desenvolvimento.

A necessidade de investimentos em infra-estrutura física e logística, assim como em infra-estrutura social, obriga a reformas nos campos fiscal e previdenciário. A robustez fiscal é que garantirá a redução mais rápida e segura da taxa real de juros e, por conseqüência, a melhora da qualidade da dívida mobiliária pública. Com isso, reduz-se a carga dos juros e aumenta-se a capacidade de poupança e de investimento. E mais: com a redução dos custos fiscais de aquisição de reservas, a queda

de juros facilitará a sustentação de uma taxa de câmbio competitiva.

As relações institucionais terão de ser administradas sob novas formas de articulação entre os entes federados e entre os Poderes. Para tanto, prescinde-se do aperfeiçoamento do político-partidário - indispensável para o bom funcionamento do sistema presidencialista -, bem como do sistema judiciário.

Os marcos regulatórios devem proporcionar a segurança jurídica sobretudo para oferecer confiança ao setor privado para investir. Nesse sentido, é inadiável a reforma do sistema tributário

Quanto ao planejamento, controle e avaliação, na medida que o País passa a ter um Projeto, cabe a grande responsabilidade da alocação, numa perspectiva de longo prazo, dos recursos públicos nos vários programas, projetos e ações que imprimirão novos rumos ao Brasil e, sobretudo, integrando todas as regiões na dinâmica econômica nacional.. Nesse novo contexto, o orçamento deixará de ser uma mera peça de ficção.

Dentro dessa nova visão, o aparelho de Estado não se encontra ainda organizado quanto a planejamento e gestão. É fato que o novo Plano Plurianual, a criação do Núcleo de Assuntos Estratégicos - NAE e o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES já significam avanços importantes. De igual maneira, a função de fiscalização também evoluiu com os órgãos de controle e investigação do Executivo, como a Controladoria Geral da União – CGU e a Polícia Federal. A Ouvidoria e o Portal da Transparência têm igualmente prestado bons serviços. Já quanto ao controle externo, é indiscutível a maior presença do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União.

Com respeito às finanças públicas, sem dúvida que a grande questão é a dívida pública interna. Claro que se tem de praticar política fiscal austera – rever os gastos correntes, sem esquecer, porém, que o serviço da dívida é um dos principais -, mas sem elevar o superávit primário, e administrar a dívida com o uso de instrumentos variados. Observe-se, porém, que essa questão não é apenas de natureza econômica e financeira; tem, naturalmente, forte conteúdo político, existindo em torno dela grandes interesses com capacidade, inclusive, de desestabilizar o País. A passagem, portanto, do “rentismo” para o desenvolvimento requer cuidados especiais no manejo da dívida pública interna.

No tocante à questão regional, chama a atenção a renúncia fiscal. Em 2005, por exemplo, ela concentrou-se fortemente na região Sudeste (R\$ 13,3 bilhões ou 42,7% do total). Há, pois, a necessidade de melhor distribuí-la segundo o critério da redução das desigualdades regionais.

A eficiência gerencial exige novos métodos e processos de trabalho apoiados nos avanços do conhecimento, a exemplo da utilização das tecnologias da informação na prestação de serviços pú-

blicos ao cidadão – governo eletrônico -, na melhoria do gasto público, na transparência e no controle democrático pela sociedade das ações governamentais.

A boa gerência da coisa pública depende, em larga medida, de um quadro de pessoal qualificado e motivado para o trabalho. É preciso valorizar a função pública, criando, mantendo e premiando a competência e cobrando resultados.

A comunicação social é instrumento de fundamental importância na democracia, na construção da cidadania e na garantia dos direitos humanos, daí ser indispensável a sua participação em políticas públicas como saúde, educação, segurança, e assim por diante.